

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

**PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 4/XII – “ORIENTAÇÕES MÉDIO
PRAZO 2021 – 2024”, N.º 5/XII – “PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2021” E N.º 6 –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2021”**

5 DE ABRIL DE 2021



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 30 de março de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional com competência em matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs n.º 4/XII – “Orientações Médio Prazo 2021 – 2024”, n.º 5/XII – “Plano Anual Regional para 2021” e n.º 6 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2021”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais, no dia 11 de março de 2021, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Economia até ao dia 5 de abril de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.



PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021, assim como as Orientações Médio Prazo para o quadriénio 2021-2024, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço regional de saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

O parecer das Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas, fundamentam-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2021 inicia-se um novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o corrente ano de 2021.

A análise da proposta do Plano Anual Regional e de Orçamento referente a 2021, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Anual Regional para o ano de 2021, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Anual para 2021

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	3.025.296	3.025.296	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	7.554.477	7.554.477	
2.3 – Apoio aos Cidadãos com Necessidades Especiais	6.356.737	6.356.737	
2.4 – Apoio a Idosos	4.001.635	4.001.635	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	12.533.719	12.533.719	



2.8- Equipamentos públicos e adequação tecnológica	381.328	381.328	
2.12 – Emigrado e Regressado	63.020	63.020	
2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade	171.550	171.550	
2.14 – Imigrado e Interculturalidade	120.430	120.430	
4 – Educação	21.690.515	21.265.515	425.000
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.055.686	61.055.686	
8 – Cultura, Ciência e Transição Digital	18.611.195	16.725.074	1.886.121
11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria			
11.1 – Juventude	1.500.465	1.500.465	
11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	197.000	197.000	

*Verifica-se a dotação de 197.000 para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 12) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 12.15 – SRE – Construções Escolares;
- b) 12.16 – SRE – Reparação das Instalações da SRE;
- c) 12.17 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 12.18 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 12.19 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 12.23 – SRCCTD – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 12.24 - SRCCTD – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;



Em nota de abertura, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Joaquim Machado, partilhou que era a primeira audição a ser feita com transmissão *online* para todo o público em geral, situação que se constituiu como um momento singular do Parlamento dos Açores e que resultou de uma nova vontade e configuração parlamentar que aposta na transparência das suas ações.

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Vice-Presidente iniciou a sua intervenção explicando que, no âmbito da sua ação governativa, mais especificamente na área da Solidariedade Social, haverá uma forte atuação no sentido de dar resposta a quem mais precisa, aos mais vulneráveis. Para o efeito, há várias políticas públicas que serão implementadas, de modo a cumprir o desígnio de melhorar a vida de todos aqueles que sofrem devido à nova realidade trazida pela pandemia, nunca deixando de olhar o futuro, na prossecução de objetivos importantes para uma sociedade mais humana e solidária.

O Plano e Orçamento (PO) para 2021 pretende, também, apoiar empresas e instituições sociais, implementando um conjunto de medidas públicas que fundamentam a visão e o programa que o Governo pretende cumprir nos próximos quatro anos.

O plano de investimentos da vice-presidência em matéria de Solidariedade Social é de cerca de 33 milhões de euros. É prioritário garantir a proteção dos grupos sociais mais expostos à crise decorrente da pandemia, assim como das famílias que sofrerão perdas de rendimentos. Para além do referido, apoiar-se-á as instituições também no que respeita às despesas decorrentes da Covid-19, havendo uma verba de 1.500.000 euros, contando, igualmente, com o fundo comunitário REACT-EU que apoiará a região, em matéria social, entre 2021 e 2023.

Na área social, encontra-se plasmado no PO a reconfiguração do combate à pobreza com uma verba de 758.000 euros, bem como a aposta num modelo assente na qualificação das pessoas e formação das crianças a partir da idade da creche (dos 0 aos 3 anos), de modo a não se perder mais nenhuma geração para o ciclo de pobreza. A título de exemplo, o executivo açoriano pretende isentar o pagamento de creches até ao décimo escalão de rendimentos em 2021 e tornar aquelas instituições gratuitas até final da legislatura. Estão previstos a criação de pontos de estudo para servir crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos desfavoráveis; a formação contínua destinada a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, bem como a sua fiscalização; o apoio a estudantes carenciados no pagamento de propinas; o apoio a idosos na aquisição de medicamentos. Pretende-se, ainda, continuar a apoiar a rede de



cuidados continuados nos Açores, com uma verba no valor de 1.100.000 euros, e reformar os cuidados prestados aos idosos, assente na filosofia “envelhecer em casa”, sendo que, para isso, será lançado, ainda este ano, um projeto-piloto com uma verba de 719 mil euros.

Em suma, pretende-se proteger os mais frágeis – crianças e idosos – contribuindo, assim, para o bem-estar social e o combate à pobreza.

Para além do referido, dar-se-á seguimento ao apoio aos doentes deslocados, “finalizando, por um lado a rede de residências de apoio ao nível regional, e por outro, atribuindo um apoio destinado aos doentes oncológicos”.

O Vice-Presidente avançou, também, que há verbas, no Fundo Regional de Ação Social, para pagamento às IPSS (cerca de 5 milhões de euros) e refeições escolares em período de férias. Também é intenção do atual executivo apoiar as IPSS na requalificação, remodelação, ampliação e construção de novas valências sociais destinadas a idosos, crianças, jovens e famílias. O Vice-Presidente Artur Lima referiu que a União Europeia deixou de financiar os lares de idosos, pelo que o Governo Regional está empenhado em encontrar outras soluções, como aquela que já foi avançada – o idoso em casa. Tal obriga ao aumento das equipas multidisciplinares para os apoiar e ao alargamento do período de funcionamento dos Centros de Dia, bem como a reformulação dos seus serviços, de modo a que os idosos possam conviver e manter as suas funções cognitivas ativas.

Por último, a Direção Regional de Promoção da Igualdade e Inclusão Social terá um papel muito importante na realização de campanhas de prevenção, ao nível da violência doméstica e da violência aos idosos. Esta terá projetos de integração socioprofissional de pessoas com deficiência e a inclusão de públicos em situação de grave exclusão social. Também se pretende implementar um programa de formação e capacitação técnica dos colaboradores das IPSS.

Feita esta exposição, foi aberta a primeira ronda de intervenções. Para a mesma, inscreveu-se o deputado José Pacheco (CH) que destacou, com agrado, a visão social do Governo Regional dos Açores, no apoio aos grupos mais vulneráveis. O mesmo elogiou a política de “envelhecer em casa”, mas alertou para a falta de “meios humanos e financeiros” para fazer uma “verdadeira fiscalização” do RSI. Em resposta, o Vice-Presidente Artur Lima explicou que o governo se propõe a colocar em prática um projeto multidimensional que terá de contar com a colaboração de todos. Em relação à fiscalização, avançou que foram abertos concursos para a contratação de cinco inspetores para a Segurança Social, de modo a garantir a fiscalização nas áreas da sua competência.

Seguidamente, pediu a palavra a deputada Célia Pereira (PS) para questionar qual o enquadramento do combate à pobreza nas orientações a médio e longo prazo e qual a afetação



de verbas que lhe são destinadas no PO de 2021, tendo o Vice-Presidente respondido que as verbas estão inscritas nos documentos analisados, pelo que se trata somente de se proceder à leitura atenta dos mesmos. Reiterou que a aposta para o combate à pobreza passa pela educação e formação das pessoas e a avaliação e certificação das instituições com base nos serviços prestados.

De seguida, o deputado Flávio Soares (PSD) destacou a “tremenda dificuldade” dos jovens casais no acesso ao crédito de habitação, tendo o deputado liberal Nuno Barata reforçado esta ideia e explicado que a dificuldade dos jovens no acesso à habitação se deve à “precariedade do emprego”. Face ao exposto, o Vice-Presidente referiu que o Governo Regional dos Açores tem esta preocupação, dado que a habitação jovem é uma das grandes medidas de combate à pobreza e de integração das pessoas e de apoio às famílias jovens. Disse, ainda, ser necessário a Região entrar numa nova fase, defendendo um maior rigor na atribuição e fiscalização das moradias sociais e que o executivo pretende criar uma reserva regional de casas que possam ser atribuídas em casos de extrema urgência. Para a vice-presidência do governo, há, igualmente, que apostar na recuperação do património das freguesias que se encontra degradado, como mais uma forma de facilitar o acesso dos jovens à habitação.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO:

A Secretária Regional da Educação iniciou a sua intervenção referindo que a área da educação conta com uma dotação de 21.690.515 euros, sendo que 43% do Plano e Orçamento destinado à educação, isto é, 9.3 milhões de euros, está alocado ao apoio social, porque há “uma percentagem avassaladora de alunos que provém ainda de famílias com necessidades, que perfazem a percentagem de 61,4 de todos os alunos”.

Para além disso, o Plano visa dar corpo ao programa do Governo, preparando a escola para o século XXI, com uma verba de três milhões dedicados à digitalização das escolas, não apenas em termos de dotação de material informático, mas também através da formação no meio digital, para professores, alunos e encarregados de educação, e do reforço das redes de acesso à internet nas escolas.

Para além disso, a titular da pasta de Educação referiu que os Projetos Pedagógicos serão trabalhados numa ótica de continuidade e terão uma dotação de 136 mil euros, quando em 2020 aquela rubrica teve uma dotação 5,4 mil euros: “estamos a falar de uma diferença abissal”, salientou.



Para combater o insucesso e o abandono escolar, serão alocados 300 mil euros em 2021, que “compara com zero euros de execução no combate ao abandono escolar pelo governo anterior”, no ano de 2020, realçou a governante.

Neste Governo, explicou a titular da pasta, a dotação das obras escolares é excluída do plano da Secretaria da Educação, passando a estar integrada nas obras públicas. Segundo a titular da pasta da Educação, “Ao fazermos a comparação, reparamos que o grau de execução do plano do governo anterior está na ordem dos 55%” e concluiu “Mesmo com todas as obras escolares inseridas no Plano, a execução em 2020 foi inferior a 23 milhões de euros e, para este ano, o nosso orçamento, sem contemplar as obras nas escolas, é superior a 21 milhões de euros”.

Feita esta exposição, foi aberto o período de intervenções, tendo-se inscrito o deputado Rodolfo Franca (PS) que questionou a Secretária Regional da Educação sobre as prioridades nas construções escolares; a atribuição de prémios de mérito aos alunos que ingressam no ensino superior, sabendo que a verba alocada a esse efeito é inferior à do ano transato; a estratégia do Governo Regional para combater o abandono escolar precoce que também apresenta uma verba que é metade daquela que estava prevista em 2020; o significado da nova componente de investimento referido no plano intitulado “programas ocupacionais” no valor de três milhões de euros e, por fim, a redução da verba destinada ao apoio social escolar, por comparação ao ano anterior.

O deputado Rodolfo Franca (PS) terminou a sua intervenção afirmando que não lhe parece adequado fazer-se uma constante comparação com o executivo anterior e que não se deve comparar um plano orçamental com a execução orçamental.

Em resposta às suas questões, a titular da pasta da Educação referiu que é lógico ver-se quais foram as reais necessidades e a real capacidade de custos e investimentos para, a partir daí, se traçar o atual plano. De nada serve fazer propostas que não sejam executadas. De acordo com a governante, o Plano apresentado pelo atual Governo Regional é realista e contém, precisamente, aquelas que são as prioridades na área da educação e o que pode, efetivamente, ser executado. Por esta razão, o plano anterior podia ter mais verbas do que o atual, mas a taxa de execução ficou muito aquém do proposto.

Ainda em resposta ao deputado socialista, a Secretária Regional da Educação referiu que há prémios de mérito para todos os alunos que reúnam as condições de o receber, ao ingressarem no ensino superior. Referiu, ainda, que há um orçamento inferior no que toca ao combate ao insucesso e abandono escolar, mas o atual Governo Regional está empenhado em executar tudo o que propõe, ao contrário do que se verificou com o governo socialista que, nesta matéria, apresentou uma taxa de execução de 0%.



A Secretária Regional Sofia Ribeiro referiu, ainda, que as escolas dos Açores têm, nesta altura, quase um milhar de trabalhadores em programas ocupacionais e admitiu que é necessário resolver o problema, porque muitos desses trabalhadores correspondem a necessidades permanentes dos serviços, mas estiveram, durante o período de governação socialista, ao abrigo do ProSucesso. Por último, realçou, mais uma vez, que a verba destinada à ação escolar não se apresenta inferior à do passado, visto que a execução será cumprida.

Em jeito de réplica, o deputado Rodolfo Franca (PS) refere que sem orçamentação, não há execução e que o plano apresentado é de intenções, pelo que só depois de executado é que se poderá avaliar.

Seguidamente, pediu a palavra o parlamentar do Chega, José Pacheco, que alertou ainda para a importância da formação extracurricular nas escolas, como as ofertas educativas – Robótica, Teatro, entre outros - questionando a secretária regional sobre o que está pensado em termos de apoio nesta matéria. Uma segunda questão foi colocada no sentido de compreender o que será feito com os trabalhadores que estão em situação precária, ao abrigo de programas ocupacionais, nas escolas.

A governante retorquiu que é na rubrica destinada à promoção do sucesso educativo e aos projetos educativos que se enquadram os apoios para que as escolas desenvolvam diversos processos. Deu nota, ainda, que a breve trecho serão anunciadas medidas que visam complementar a formação de crianças e jovens nas diferentes áreas – literatura, ciência e artes. Para além disso, e no que toca aos programas ocupacionais, a secretária regional da Educação referiu que se encontra a trabalhar em conjunto com a Secretaria Regional da Qualificação Profissional e Emprego para proporcionar uma situação de estabilidade laboral aos assistentes operacionais das escolas.

Pelo CDS-PP, a líder parlamentar, Catarina Cabeceiras, enalteceu o “investimento nas escolas” ao nível da ação social, dos projetos pedagógicos, da intervenção no combate ao abandono escolar precoce e da transição digital, referindo a importância de dotar professores e encarregados de educação de competências digitais. Seguidamente, referiu que a escola EBI da Vila do Topo necessita de intervenção. Nesta sequência, solicitou à Secretária Regional um ponto de situação em relação a esta matéria. Perguntou, ainda, se haveria alguma ação no ginnodesportivo da escola da Calheta que, apesar de ter sido inaugurado recentemente, apresenta constrangimentos ao nível da ventilação que impedem, por vezes, a sua utilização. A deputada lembrou que o pavilhão serve toda a comunidade, não só a população estudantil.

Em resposta, a Secretária Regional Sofia Ribeiro disse que está estimado uma execução de 900.000 euros para S. Jorge, sem contemplar as obras escolares, contrapondo-se aos 700.000



euros do executivo anterior. A mesma referiu estar a acompanhar a situação da Escola Secundária da Calheta, mas, devido à priorização das necessidades, esta não entrou no Plano deste ano. A governante afirmou que a situação da Escola Secundária da Calheta não é única, isto é, sendo um espaço novo, apresenta já problemas. A Secretária Regional também adiantou que há muitas escolas que necessitam de uma intervenção urgente, dado que não têm manutenção há muitos anos, verificando-se a degradação dos espaços escolares. Relativamente à EBI da Vila do Topo, a titular da pasta da Educação afirmou que já se estão a encetar contactos com projetistas para se dar resposta às necessidades identificadas.

Por último, foi a vez da deputada Alexandra Manes (BE) intervir. A mesma começou por referir que uma das causas do abandono escolar precoce é o facto de a educação não conferir perspectivas futuras, pois os alunos contactam com a realidade da precariedade mesmo nas escolas, nomeadamente junto dos trabalhadores que estão ao abrigo de programas ocupacionais. Neste seguimento, a deputada bloquista questionou se existe, realmente, a intenção de se regularizar a situação destes trabalhadores, tendo a Secretária da Educação reconhecido que alguns daqueles funcionários estão a cobrir “necessidades permanentes” e destacado que o executivo pretende “desenvolver de forma consolidada programas para os trabalhadores abandonarem a situação precária”. A mesma deu, ainda, nota que é intenção do Governo Regional realizar uma revisão de estatuto da carreira não-docente para que estes profissionais possam ter uma valorização e ver o seu trabalho dignificado.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DO DESPORTO:

O Secretário Regional da Saúde e do Desporto iniciou a sua intervenção referindo que existem cinco marcas de referência no Plano e Orçamento para o presente ano, bem como nas orientações a médio prazo, nas áreas da sua responsabilidade. A saber, o combate ao subfinanciamento crónico da saúde; o reforço do Serviço Regional de Saúde; a inversão de prioridades na área da saúde, dando destaque a uma ação estratégica que passa pela prevenção e pelos cuidados de saúde primários; a separação das contas correntes das demais de funcionamento do Serviço Regional de Saúde que constam do Plano e, por último, a avaliação do que é rigorosamente executado. Trata-se de um Plano realista, pelo que o critério de ação é prometer o que se pode concretizar.

O governante com a tutela da Saúde no governo de coligação PSD/CDS/PPM lembrou que o Plano agora em análise está previsto para meio ano, com as contingências naturais que tal implica. Acresce a esta realidade as exigências decorrentes da pandemia, mas, de acordo com



o Secretário Regional, não se pode descurar tudo o resto, pelo que referiu haver um conjunto de iniciativas e projetos para o reforço da prestação de cuidados de saúde aos açorianos, sendo esta uma prioridade do Governo Regional. Assim, deu exemplo de algumas das ações previstas, como um plano de nutrição nas escolas; um programa de literacia em saúde; a implementação do enfermeiro de família nos Açores e um modelo de *governance* nas unidades de saúde. No âmbito dos cuidados hospitalares, as orientações incluem sobretudo a retoma e recuperação da atividade; a capacitação do Serviço Regional de Saúde e recursos humanos, através da fixação de profissionais de saúde; a garantia da disponibilização da informação clínica aos profissionais de saúde e aos utentes e a conclusão de obras em curso e a realização das previstas. Em termos da acessibilidade e proximidade, haverá um reforço ao nível do Vale Saúde e do apoio às deslocações de doentes e, por fim, ao nível da organização do Serviço Regional de Saúde, os objetivos são fundamentalmente o estabelecimento de um Plano Regional de Saúde, uma estratégia para a rede de cuidados paliativos, a promoção da prevenção primária e diagnóstica precoce de doenças oncológicas e a delimitação de uma estratégia para a promoção da saúde mental.

O Secretário Regional da Saúde e do Desporto do Governo dos Açores disse que o valor previsto para o Serviço Regional de Saúde (SRS) no Plano e Orçamento da região para 2021 é de 500 milhões de euros. O mesmo realçou que o investimento para a saúde em 2021 na região representa um acréscimo de 13,67% face ao ano anterior, quando foram executados 437 milhões de euros.

O Secretário Regional ressaltou, contudo, que o atual executivo, ao contrário do anterior, passou alguns valores do Plano para o Orçamento, porque se entendeu serem despesas correntes. Na continuidade da sua exposição, o Secretário Regional deu nota que o valor atual da dívida do Serviço Regional de Saúde ronda os 150 milhões de euros, pelo que se pretende realizar um plano para o pagamento das dívidas e combater o subfinanciamento.

O responsável pela pasta da Saúde referiu que houve um aumento de infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha e do Centro de Oncologia dos Açores. Para além disso, está previsto gastar-se mais de 2 milhões de euros que o anterior governo na retoma da atividade assistencial para acabar com as listas de espera. Outras iniciativas passam por alocar uma verba para a cooperação com a Secretaria Regional da Educação na implementação de uma alimentação saudável nas escolas; a promoção da saúde mental; um programa de literacia da saúde; o apoio a doentes que se desloquem para o centro de acolhimento de doentes em Lisboa; a rede de cuidados paliativos; um plano de desenvolvimento de unidades de geriatria; um reforço ao nível das tecnologias na área da saúde e a implementação do enfermeiro de família.



Ao nível do orçamento, o Secretário Regional Clélio Meneses fez referência a algumas normas do orçamento que definem as regras de utilização dos meios financeiros disponíveis ao nível do SRS, como a regularização de pessoal na área da saúde, de modo a acabar com a precariedade profissional; a progressão nas carreiras dos profissionais de saúde; os incentivos à fixação de médicos; a contratação excecional de médicos no âmbito da Covid-19; a atualização da comparticipação da diária aos doentes deslocados e os seus acompanhantes; o complemento para a aquisição de medicamentos para os idosos; a atualização do complemento especial aos doentes oncológicos; a formação de emergência médica; a unidade de radioterapia na ilha Terceira; a gestão do tempo de espera no SRS, entre outros.

No que toca às dependências, o titular da pasta da Saúde referiu que é necessário apostar mais na prevenção, invertendo, assim, as prioridades. Para além disso, está a ser criado um plano integrado, transversal e multisectorial de combate às dependências ao nível da prevenção, envolvendo o desporto, a educação e um conjunto de entidades que trabalham em proximidade com os cidadãos. Por último, partilhou que é intenção do atual executivo dar continuidade à gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores – o Solar da Glória - que atualmente está suspenso devido à Covid-19.

Em relação ao desporto, o Secretário Regional afirmou que este se constitui como um promotor da saúde, sendo a atividade física fundamental no combate de dependências. Para esta área, há uma verba de cerca de 9 milhões de euros para a implementação de um programa de retoma de atividade física e execução de obras, o que representa um aumento de 6,3%.

Após a exposição feita, foi aberta a primeira ronda de intervenções.

O deputado do Chega José Pacheco salientou a importância da requalificação dos espaços para a prática desportiva e da efetivação da estratégia de combate à toxicodependência. Neste seguimento questionou o titular da pasta da Saúde qual a visão estratégica e financeira para a criação de espaços para a prática de desporto nas diferentes freguesias.

Seguidamente colocou uma segunda questão, no sentido de recolher informação acerca da aposta que será feita ao nível dos médicos de família.

Em resposta às questões, o Secretário Regional referiu que haverá várias intervenções por meio da celebração de contratos de desenvolvimento com a administração regional autónoma e a administração local (ARAAL).

Em relação à questão seguinte, a estratégia é dotar todas as famílias de médico de família.

A deputada Ana Quental (PSD) pediu a palavra para falar da importância da regularização do pessoal em programas ocupacionais e da “estabilidade das equipas”, levando o Secretário



Regional Clélio Meneses a referir que está a ser feito um “levantamento das necessidades permanentes” no setor da saúde para se proceder à regularização da contratação de pessoal.

Seguidamente, interveio a deputada Alexandra Manes (BE) para pedir esclarecimentos sobre o apoio à fixação de médicos, mais concretamente para saber se o mesmo se aplica somente aos médicos em regime de exclusividade, tendo recebido como resposta que a primeira avaliação feita não distingue esta questão, mas o Secretário Regional Clélio Meneses apresentou os valores praticados, simulando as demais benesses pecuniárias que poderão ser aplicadas caso a proposta do PAN seja aprovada.

Pelo PAN, o parlamentar Pedro Neves considerou “extremamente importante” a criação de incentivos para a fixação de médicos em todas as ilhas dos Açores, com “especial atenção” para as ilhas menos populosas. Após esta observação, o deputado levantou o problema da falta de nutricionistas e psicólogos nas Unidades de Saúde de Ilha e nas unidades hospitalares, questionando a tutela sobre a sua ação para inverter esta realidade ao longo da legislatura. Questionou, também, o responsável pela pasta da Saúde sobre a ressonância magnética no Hospital da Horta e, ainda, a articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais.

Em resposta às questões, o Secretário Regional referiu que o governo está em concordância com o que está proposto, pois será a única forma de se garantir a fixação e estabilização dos profissionais de saúde. Já quanto aos nutricionistas e psicólogos, o governante explicou que há dois programas onde estes profissionais são imprescindíveis, nomeadamente no programa de intervenção nas escolas - alimentação saudável -, e no programa da saúde mental. No que diz respeito à ressonância magnética, há uma verba prevista para a aquisição de equipamento e, por fim, disse ser essencial criarem-se sinergias entre as várias valências de saúde, de modo a que a comunicação seja clara e haja uma inequívoca articulação entre todos, em prol dos utentes.

Catarina Cabeceiras, do CDS-PP, enalteceu o reforço do investimento no SRS e questionou o governante sobre o processo de requalificação do Centro de Saúde das Velas, em São Jorge.

Em resposta, o Secretário Regional Clélio Meneses afirmou que o processo se encontra na “fase final de alteração do projeto”, já que teve de ser reformulado.

Por último, o deputado socialista Vílson Ponte Gomes realçou a importância do investimento na atividade associativa no desporto e dos apoios à participação dos clubes nas diferentes provas competitivas. Questionou, seguidamente, o titular da pasta da Saúde sobre aquilo que está previsto na ação 5.10.1.



O Secretário Regional explicou que está prevista uma profunda alteração do regime jurídico em vigor para toda a atividade associativa desportiva. No que diz respeito à retoma da atividade decorrente da pandemia, há também verbas para o efeito.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL:

A Secretária Regional iniciou a sua intervenção referindo que a ação da secretaria que tutela será condicionada pela atual situação pandémica que vivemos, pelo que se for necessário alterar alguma medida, far-se-á a alteração, de modo a dar resposta às necessidades emergentes da crise que assola o mundo. A governante declarou que “O investimento previsto para a área da Ciência se cifra em 11,6 milhões, mais 1,2 milhões em obras públicas, que diz respeito ao investimento no lote da Nonagon. Na área da Cultura temos um valor aproximado em sete milhões, mais três milhões nas áreas das obras públicas”. Há, portanto, um investimento que ronda os 23 milhões de euros. No que diz respeito à cultura, há uma verba canalizada para a dinamização cultural – o apoio aos agentes culturais, o património baleeiro, as filarmónicas, os planos de atividades dos museus, das bibliotecas e do Centro de Artes Contemporâneas, entre outras ações. Na área das ciências, também está prevista a estabilidade das equipas de investigação, o reequipamento científico dos centros de investigação, o reforço à tripolaridade da Universidade dos Açores, a abertura de bolsas de doutoramento com a periodicidade anual, a abertura de projetos de investigação, apoios a empresas, entre outros. Uma novidade será a implementação de “Summer Schools” em que se pretende implementar no Açores cursos avançados de qualidade mundial em diversas áreas. A governante também sublinhou o amplo investimento que tem previsto ao nível da transição digital que tem por base o levantamento que tem sido levado a cabo em todos os departamentos governamentais para que sejam implementados projetos que visem ir ao encontro das necessidades dos cidadãos e que possam aproximar mais estes mesmos departamentos. Por último, realçou os projetos na área do Espaço, sendo que alguns estão a decorrer em parceria com os Ministérios da Defesa e do Mar.

Terminada a sua apresentação, foram abertas as inscrições.

O deputado do Chega José Pacheco colocou em causa o investimento feito na Nonagon, dizendo ser necessário perceber se o investimento tem tido alguma contrapartida e alertou para a importância de se criar medidas de proteção no cibercrime, questionando a Secretária Regional Susete Amaro acerca do que será feito a propósito desta matéria. Da parte da titular da pasta da Cultura, Ciência e Transição Digital, o deputado obteve a resposta que aquilo que está previsto é a construção de um novo lote, visto que a Nonagon já se encontra preenchida por



várias empresas, havendo solicitações de instalação de novas empresas. Quanto à cibersegurança, está a ser feito o levantamento da maturidade digital das empresas e da administração pública regional. Este é um processo longo que requer concertação entre diferentes entidades, mas constitui uma preocupação para o Governo Regional, e prevê-se que em meados de 2022 já esteja concluído o plano de ação de transição digital, com alcance até 2030.

Do lado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata referiu ser “imprescindível” apostar na cobertura de fibra em todas as localidades dos Açores para ser possível implementar a transição digital.

O Rui Espinola (PSD) questionou a governante sobre o financiamento previsto para o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – Terinov -, o Laboratório de Inovação de Produtos Lácteos e os museus, levando a governante Susete Amaro a referir que será feita a adjudicação por vários lotes para os equipamentos do referido Laboratório. A Secretária Regional esclareceu, também, que o executivo está “disposto a ajudar as instituições”, ressaltando, contudo, que as “solicitações são muitas”.

O deputado do PAN Pedro Neves realçou a importância de diminuir a burocracia para promover a transição digital e questionou a Secretária Regional se será possível aproveitar mais fundos comunitários que no passado e se haverá aproveitamento do nosso “know-how”, uma vez que nos Açores encontramos recursos humanos especializados. Em resposta, a governante referiu que é intenção do executivo captar o máximo de recursos, quer financeiros, quer humanos.

A parlamentar do BE Alexandra Manes fez notar um valor “tão baixo” dedicado à arqueologia e, por fim, o deputado do PS Rodolfo Franca questionou se o facto de se registar uma orçamentação mais baixa que o passado no que toca à defesa e valorização de património significa que o governo regional irá dar prioridade a questões mais prementes, devido à pandemia. O deputado socialista também apontou a diminuição de 150 mil euros para o apoio à criatividade cultural no orçamento de 2021 comparativamente ao ano passado. Quanto a estas questões, respondeu a secretária regional que em termos de defesa e valorização de património, havia muitos projetos do passado que não foram executados, realçando, assim, que não basta orçamentar, é necessário executar. Em relação aos apoios às atividades culturais, falando concretamente do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais, a responsável pela área da Cultura reconhece a necessidade de revisão do documento de modo a salvaguardar as diferenças dos agentes culturais que podem por ele ser abrangidos.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

O Secretário Regional iniciou a sua intervenção a dar nota de algumas iniciativas na área da juventude. De acordo com o Secretário Regional, “Uma preocupação permanente será a capacitação dos jovens em competência de educação não formal, que facilitem de uma forma integrada a realização pessoal e, por outro lado, a integração na vida ativa”. Nesta sequência, apresentou algumas propostas previstas no Plano para 2021, como um investimento de 280 mil euros no âmbito da “cidadania e formação”, onde se inclui a realização da iniciativa do parlamento dos jovens, projetos de intervenção social, a “academia J” e a educação para o empreendedorismo; cerca de 250 mil euros para a área da mobilidade, tendo o Secretário Regional destacado a criação de um programa para promover a deslocação interilhas; na área do associativismo está prevista uma verba de 174 mil euros, para associações juvenis e um projeto de voluntariado a desenvolver com a Região Autónoma da Madeira, denominada de Academia do Jovem Voluntário; para o empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres (OTL/J) há uma verba de 350 mil euros. A propósito deste último projeto, OTL/J, o Secretário Regional é da opinião que se deve dar uma maior responsabilidade às entidades que recebem os jovens ao abrigo do programa, de modo a que o período de trabalho desenvolvido pelos jovens possa servir, efetivamente, de uma verdadeira experiência profissional. Para além do referido, há verbas destinadas à capacitação digital dos jovens, à transição ambiental, às indústrias criativas, a conferências e fóruns e ao apoio ao observatório da juventude que funciona no âmbito da Universidade dos Açores – realçou, neste ponto, que haverá um fórum de qualificação profissional em que se tentará projetar as políticas de educação social para o horizonte 20-30.

A finalizar, o governante fez referência ao programa MOOV - Mobilidade, Ocupação e Orientação Vocacional -, destinado à empregabilidade e mobilidade jovem. O executivo quer que os jovens procurem qualificações profissionais noutras ilhas, que não a de residência, garantindo que os jovens açorianos tenham igualdade de oportunidades, independentemente o local de nascença ou residência.

Feita a exposição, foi aberto o período de intervenções.

O deputado do Chega José Pacheco alertou para a necessidade de os jovens criarem os seus próprios projetos e questionou se haverá uma aposta na requalificação das profissões médias, devolvendo dignidade ao ensino profissional, refundando escolas de referência. O mesmo deputado chamou, também, a atenção para o facto de várias associações de juventude receberem apoios públicos, mas que são compostas maioritariamente por “gente que de jovem não tem nada”.



Em resposta, o Secretário Regional Duarte Freitas referiu que é possível os jovens criarem os seus próprios projetos e reconheceu que é necessário “atualizar” o registo das associações de juventude, procedendo à fiscalização da atividade das mesmas. A terminar, o governante referiu que o Governo Regional pretende refundar a Escola Profissional das Capelas e transformá-la num centro de formação pública nos Açores de excelência, pois é imperativo apostar-se na qualificação e certificação não só de jovens, mas também de adultos que estejam ao abrigo de programas ocupacionais. “Queremos introduzir fatores de qualificação dentro dos programas ocupacionais para que as pessoas tenham outras ferramentas, outras capacitações para as pessoas poderem aceder ao mercado de trabalho em outras condições.” adiantou.

Também o deputado Flávio Soares, do PSD, realçou a existência de associações de juventude que recebem apoios públicos sem se “obter resultado prático” dos apoios atribuídos.

Pelo PS, o parlamentar Vílson Ponte Gomes questionou se estava prevista alguma suspensão no programa OTL/J devido à pandemia e defendeu a necessidade de reforçar os apoios às associações de juventude devido à pandemia da Covid-19. O mesmo deputado questionou o Secretário Regional acerca do enquadramento do Orçamento Participativo Jovem no Plano.

Em resposta às questões levantadas, o governante referiu que não está prevista nenhuma suspensão do programa OTL/J, mas com o evoluir da pandemia, a ser necessário adotar esta medida, a mesma será adotada. Ainda em período de resposta, o Secretário Regional Duarte Freitas esclareceu que o atual executivo se encontra a executar e a pagar o Orçamento Participativo Jovem do ano de 2019, uma herança deixada pelo partido socialista, o que deixa dificuldades em avançar sem antes resolver as situações pendentes.

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer abstenção, quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.



O Grupo Parlamentar do CH emitiu parecer favorável, quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer abstenção, quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de abstenção quanto às três Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS e CH e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do IL, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII - “Orientações Médio Prazo 2021 – 2024”;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS e CH e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do IL, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Anual Regional para 2021”;
- 3) Com os votos a favor do PSD, CDS e CH e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do IL, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2021”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



Ponta Delgada, 5 de abril de 2021.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)